

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Contribuições das ciências humanas para a sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C764 Contribuições das ciências humanas para a sociedade /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-903-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.032221802>

1. Ciências humanas. 2. Sociedade. I. Batista, Fabiano
Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores e leitoras;

A coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**', dividida em dois volumes, reúne textos de autores e autoras nacionais e internacionais que propõem em trazer discussões atuais, críticas e necessárias sobre a importância, bem como as diversas contribuições dos estudos na área das Ciências Humanas para a sociedade.

Assim, ao longo dos 35 artigos podemos vislumbrar uma série de indagações, questionamentos e reflexões, que negam, afirmam e constroem saberes para que possamos entender e ampliar nosso repertório de conhecimento sobre as mais diversas sociedades e culturas.

Ao longo do primeiro volume é exposto um conjunto de textos que tematizam sobre um panorama nacional, enfatizando, sobretudo, as contribuições das Ciências Humanas para compreensão das dinâmicas e interações no Brasil. Assim, as principais abordagens e temáticas deste volume são: questões regionais, política e planejamento, educação e ciência, representações sociais sobre a velhice, agricultura familiar, questões mercadológicas, condições de trabalho, religião, dentre outros temas que exploram, cada qual a sua maneira, a realidade brasileira e as múltiplas relações com as Ciências Humanas.

No segundo volume os textos reunidos discutem sobre as produções das identidades, subjetivações, metodologias e epistemologia das Ciências Humanas, questões sobre a comunidade surda, juventude, suicídio, vida e morte e processos discursivos, se consolidando como uma abordagem multidisciplinar dentro das Ciências Humanas.

Neste sentido, podemos compreender, a partir das leituras, que as contribuições das Ciências Humanas, ao longo dos anos, nos permitem, conhecer nossa história, a história dos outros, entender o homem e a sociedade como um todo. Suas contribuições nos fornecem informações sobre Política, Mercado, Trabalho, Artes, Natureza, Relações Sociais, dentre outras instâncias da vida humana que precisam, cotidianamente, serem perscrutadas, remexidas e revisitadas, pois todas essas informações fazem de nós seres críticos e nos permitem a entender a realidade a nossa volta.

Por fim, esperamos que a coletânea '**Contribuições das ciências humanas para a sociedade**' possa se mostrar como uma possibilidade discursiva para novas pesquisas e novos olhares sobre as contribuições das Ciências Humanas para a sociedade, buscando, cada vez mais, uma ampliação do conhecimento em diversos níveis.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A QUESTÃO REGIONAL E AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NO BRASIL:
APRECIÇÕES

Franciclézia de Sousa Barreto Silva

Alberto de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218021>

CAPÍTULO 2..... 13

A HISTÓRIA DO CENTRO EDUCACIONAL FUNDAÇÃO IBIFAM (CEFI): EXPERIÊNCIA
PIONEIRA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA BÁSICA EM
BELÉM-PA

Reginaldo do Socorro Martins da Silva

Ney Cristina Monteiro de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218022>

CAPÍTULO 3..... 32

ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VELHICE ENTRE OS SUJEITOS
VELHOS DA CIDADE SENHOR DO BONFIM – BA

Valéria Cunha Rodrigues

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218023>

CAPÍTULO 4..... 50

O LUGAR DOS CAMPONESES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ

Manoel Osvanil Bezerra Bacelar

Hilene Marilan Lima Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218024>

CAPÍTULO 5..... 67

OS REBATIMENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
(PNAE) COMO PERSPECTIVA DE MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA PARA
AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS DO
POVOADO PORTEIRAS EM JAPARATUBA/SE

Handresha da Rocha Santos

Sandra Andréa Souza Rodrigues

Hádrian George da Rocha Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218025>

CAPÍTULO 6..... 77

PERFIL ANTROPOMÉTRICO E OS FATORES DE RISCOS CARDIOVASCULARES EM
FREQUENTADORES DA PRAÇA BATISTA CAMPOS NA CIDADE DE BELÉM (PA)

Rafaella Maria da Silva

Caroline Moraes Monteiro

Thiago dos Santos Cruz

Carmen Françuasy Martins Nascimento

Daniele Magalhães Souza
Josiana Kely Rodrigues Moreira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218026>

CAPÍTULO 7..... 86

POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA BAHIA: RELATOS SOBRE AÇÕES ENTRE 1970 E 1990

Alex Vieira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218027>

CAPÍTULO 8..... 98

TRATANDO RISCOS: OFERECER CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA ATRAVÉS DE GRUPOS TEMÁTICOS PARA JOVENS NO MUNICÍPIO DE ESMERALDAS/MG

Viviane Andrade Pinheiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218028>

CAPÍTULO 9..... 104

SHOW OPINIÃO: ARTE, POLÍTICA E CRIAÇÃO TEATRAL NO BRASIL DOS ANOS 1960

Kátia Rodrigues Paranhos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0322218029>

CAPÍTULO 10..... 115

ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DAS REPORTAGENS EM CAMPO GRANDE, MS SOBRE OS POVOS HAITIANOS: APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OUTRO POR INTERMÉDIO DA ENUNCIÇÃO MUDIÁTICA

Euzenir Francisca da Silva

Melly Fátima Goes Sena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180210>

CAPÍTULO 11..... 134

CICLO DE VIDA DO MERCADO MUNICIPAL PAULISTANO

Márcia Regina Valle Mielke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180211>

CAPÍTULO 12..... 146

O MERCADO IMOBILIÁRIO EM MARÍLIA (SP) E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL

André Pimenta Mota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180212>

CAPÍTULO 13..... 166

FINANÇAS PESSOAIS E TESOURO DIRETO: UMA ANÁLISE PRÁTICA PARA GERIR OS CUSTOS DOS INVESTIMENTOS NOS TÍTULOS DO TESOURO DIRETO

Eduardo Alvim Guedes Alcoforado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180213>

CAPÍTULO 14.....	186
CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO INTERMITENTE ENQUANTO PRECARIZAÇÃO Gabriel Bacarol Kerber  https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180214	
CAPÍTULO 15.....	194
ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS PELA FUNDAÇÃO CASA À LUZ DA TEORIA DE WINNICOTT Alex Pereira de Sousa  https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180215	
CAPÍTULO 16.....	204
A UMBANDA E O CANDOMBLÉ NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E A SUA RELAÇÃO RACIAL Francisco Rangel dos Santos Sá Lima Cícero Nilton Moreira da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180216	
CAPÍTULO 17.....	212
CIVILIZAÇÃO NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI André Soares Ferreira  https://doi.org/10.22533/at.ed.03222180217	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	224
ÍNDICE REMISSIVO.....	225

ANÁLISE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS APLICADAS PELA FUNDAÇÃO CASA À LUZ DA TEÓRIA DE WINNICOTT

Data de aceite: 01/02/2022

Data de submissão: 08/11/2021

Alex Pereira de Sousa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Presidente Prudente/SP

<http://lattes.cnpq.br/8971090499452737>

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo a análise das Normas Socioeducativas aplicadas pela instituição Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, popularmente conhecida como Fundação CASA. Para tanto, contar-se-á com uma varredura bibliográfica, tendo como alicerce as medidas impostas aos menores infratores, em seu capítulo IV, que trata da internação, contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste sentido, será investigado conceitos que darão suporte teórico à pesquisa, conforme se segue: 1. O conceito de Privação, adotado por Donald Wood Winnicott, numa tentativa de se justificar pela psicanálise as condutas antissociais e a figura da identidade delinquente; 2. A delinquência, também adotado pelo mesmo autor, no intuito de identificar os processos de (re)constituição do sujeito que se (re)constrói diante das muralhas; e 3. A ressocialização proposta pela instituição através do ordenamento jurídico do ECA. Por fim, seguir-se-á uma breve análise das normas aplicadas por esta instituição, observando-se como cada artigo se comporta diante da ausência de uma

figura do eixo familiar que suporte a identidade do menor infrator e como as especificidades destas normas não são sustentadas pelo menor em virtude das relações de poder atribuídas pela figura do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, delinquência, privação.

ANALYSIS OF SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES APPLIED BY THE CASA FOUNDATION IN LIGHT OF WINNICOTT'S THEORY

ABSTRACT: The research aims to analyze the Socio-Educational Norms applied by the institution Fundação Centro de Atendimento Socio-educativo ao Adolescent, popularly known as Fundação CASA. For that, there will be a bibliographic review, based on the measures imposed on minor offenders, in chapter IV, which deals with hospitalization, contained in the Statute of Children and Adolescents. In this sense, concepts that will theoretically support the research will be investigated, as follows: 1. The concept of Deprivation, adopted by Donald Wood Winnicott, in an attempt to justify antisocial behavior and the figure of delinquent identity through psychoanalysis; 2. Delinquency, also adopted by the same author, in order to identify the processes of (re)constitution of the subject who (re)constructs himself in front of the walls; and 3. The resocialization proposed by the institution through the legal system of the ECA. Finally, there will be a brief analysis of the rules applied by this institution, observing how each article behaves in the absence of a family axis figure that supports the identity of the minor

offender and how the specificities of these rules are not supported by the minor by virtue of the power relations attributed by the figure of the State.

KEYWORDS: Education, delinquency, privation.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi fruto de uma experiência interlocutória entre os pensamentos do psicanalista Winnicott – especialmente contidos em seu livro *Privação e delinquência* – e o ordenamento jurídico contido no teor das medidas socioeducativas, as quais são aplicadas pela Fundação CASA, expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Tenho como objetivo demonstrar uma análise destas normas aplicadas por esta instituição, sobretudo do ponto de vista psicanalítico, tendo como base um dos pensadores mais relevantes no assunto em tela, Donald Winnicott, que teve vasta pesquisa na área. Seus conceitos influenciaram e continuam influenciando outros pensadores, realizando diagnósticos notáveis diante do papel exercido pelo Estado sobre os indivíduos que cumprem medida de internação, bem como as relações entre eles.

As medidas socioeducativas abordam amplamente um possível processo de ressocialização que contemplam situações que podem ser vivenciadas tanto dentro da instituição quanto fora dela, e é por isso que, nesta pesquisa, optei por trabalhar tão apenas com a secção VII, que trata exclusivamente da aplicabilidade destas normas impostas aos menores infratores que ficam sujeitos à medida de internação na Fundação CASA.

Nota-se no desenrolar da pesquisa que, em determinado momento, a psicanálise aplicada pelo autor é retomada por mim, mas não como uma forma de pôr à prova seus ensinamentos ou como reforço crítico feito pelo autor, nem mesmo defendendo-a como tese incontestável, mas para tentar dar um entendimento sistemático e um desencadeamento pedagógico para o assunto, relacionando os conceitos primordiais adotados por Donald Wood Winnicott, numa provável fundamentação teórica para a constituição e percepção do sujeito delinquente.

Informo ainda, para que não haja dúvidas sobre a metodologia adotada, que sequencialmente as explanarei através de secções fragmentadas, mas nem por isso desarticuladas, mapeando um desenrolar teórico para a pesquisa, perfazendo um número total de três secções, finalizando-a com uma interação entre as partes do trabalho mediante os debates e discussões.

Na secção I darei uma rápida explicação sobre a Fundação CASA, bem como o porquê de seu surgimento e sua trajetória histórica, tendo como intuito uma breve explanação sobre os motivos que levaram o surgimento da instituição e sua função social.

Na seção II, prossigo com um detalhamento sobre as medidas impostas aos menores infratores, de acordo com o regimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

E, por fim, na secção III finalizo com o conceito de privação, adotando-se como base

teórica a obra de Donald Wood Winnicott, em seu livro *Privação e Delinquência*, o qual dará um maior entendimento sobre o porquê dos adolescentes serem acometidos de tal fragilidade emocional que os direcionam para um desvio de conduta chamada pelo autor como conduta antissocial, o que, em muitas das vezes, os levarão ao cárcere.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A fundação casa

A Fundação CASA/SP (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), anteriormente chamada de FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), é uma autarquia fundacional, uma pessoa jurídica de direito público, criada pelo Governo do Estado de São Paulo¹. Sua função é executar as medidas socioeducativas impostas aos menores infratores, estabelecidas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Na Fundação CASA, eles podem cumprir pena de reclusão até no máximo a idade de 21 anos completos.

A organização desta instituição no âmbito do Estado de São Paulo tem como objetivo aplicar as normas da política do bem-estar do menor, assim como promover estudos e planejar soluções. (<http://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/fundacoes/fundacao-casa/>, disponível em 18/10/2018)

O lócus desta instituição se concentrava na capital paulista, o que, realmente, era um inconveniente para os adolescentes, que ficavam distantes de suas famílias. Houve, após algum tempo, um sistema de descentralização do poder desta instituição, com o objetivo de realizar atendimentos aos adolescentes próximos às suas famílias, o que veio possibilitar menor índice de reincidência, bem como uma redução considerável no número de rebeliões. Esta descentralização a levou a um atendimento totalmente municipalizado em 2010, sendo supervisionada pela Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social.

Desta forma, no que tange aos menores infratores, os adolescentes que cumprem medida de internação estão respaldados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como explicado anteriormente, e que a medida de internação está prevista em seu capítulo IV, especificada dentro das medidas socioeducativas. Os artigos que contemplam as medidas de internação, considerada a mais severa por se tratar de medidas que visam a privação da liberdade do menor, vão do 121 ao 125, e estão compreendidos na Seção VII do capítulo IV do ECA.

Darei, nos próximos parágrafos, uma breve explanação sobre esses artigos, considerados de maior relevância para a pesquisa, na tentativa de melhor formalizar a compreensão destas normas, que apesar de serem poucas, possuem enormes problematizações acerca da internação do adolescente infrator, conforme veremos adiante.

¹ Leitura feita a partir de um acervo penitenciário no Estado de São Paulo.

2.2 As normas socioeducativas

As normas socioeducativas² são caracterizadas por serem medidas impostas aos menores infratores como forma de ressocialização e readaptação do indivíduo ao convívio social. Retomando o que foi explanado anteriormente, estas medidas estão caracterizadas no artigo 112 da seção VII do capítulo IV do ECA.

Fica sujeita à autoridade competente o direito da aplicabilidade destas normas, mediante verificação comprovada de ato infracional. Neste caso, a pressuposição da existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração são condições inexoráveis na imposição destas medidas, como caracterizado em seu artigo 114.

As medidas podem ser impostas seguindo, de forma ordenada, as seguintes características: a partir da advertência, que é a obrigação de reparar o dano por parte do autor do fato; a prestação de serviços à comunidade; a liberdade assistida; a inserção de regime de semiliberdade; e, por fim, a internação propriamente dita, que, diga-se de passagem, pode ser considerada a mais complicada, e a que, aqui nesta pesquisa, merecerá maior atenção, por se tratar de medida de privação de liberdade.

Como esclarecido no parágrafo anterior, retomarei as medidas impostas pela internação, as quais estão divididas em cinco artigos, dirigidos entre o 121 ao 125, os quais serão abordados neste momento.

É importante deixar claro que, estas normas socioeducativas retomam uma ideia fundamentada, por vezes, em princípios que tendem a um respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, como bem explicado no artigo 121.

Por sua vez, fica viável ressaltar que conforme demonstra o capítulo 122, as medidas de internação só poderão ser impostas diante de infrações cometidas com grave ameaça, e isso precisa realmente ser bem caracterizado, caso contrário as normas e medidas não serão aplicadas.

A instituição que manterá o adolescente internado, no caso do Estado de São Paulo, é a Fundação CASA, o que é determinado pelo artigo 123, que além de especificar a exclusividade de uma entidade direcionada para abrigar o menor, orienta ainda que os adolescentes deverão estar separados por idades, além de serem resguardadas suas integridades físicas.

Por se tratar de uma medida de privação de liberdade, orienta o artigo 124 alguns direitos ao adolescente quanto ao peticionamento de forma direta a qualquer autoridade, bem como o direito de conversar com seu defensor reservadamente e o de ser entrevistado pelo Ministério Público, pessoalmente.

Além dessas, destaco algumas de maior relevância que as demais, não descaracterizando as anteriores, como se segue: o respeito à dignidade da pessoa humana, o recebimento de visitas semanais (no mínimo), o de ser alojado em local próximo à sua

² As normas socioeducativas fazem parte do Estatuto da Criança e do Adolescente e pode ser localizado no preâmbulo das leis do Ministério da Justiça. Encontra-se anexada ao fim desta pesquisa.

família, bem como realizar participação em atividades culturais, esportivas e de lazer, além de receber assistência religiosa de acordo com a crença de cada adolescente.

E, por fim, o artigo 125, o qual contempla a obrigatoriedade do Estado em zelar pela integridade física e mental dos internos, devendo esta entidade adotar medidas que sejam adequadas e eficazes no que for pertinente à segurança e contenção deste menor.

De forma abrangente, nota-se no teor destas medidas que existe uma preocupação em zelar pelos restabelecimentos de afetos familiares do menor, ainda que a internação constitua medida privativa de liberdade, mas que está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, no caso, o adolescente.

As normas estabelecidas pela Fundação CASA são fundamentadas em critérios que objetivam garantir o respeito e a dignidade ao jovem infrator, como especificado na Seção VII, em seu artigo 121, onde consta: “A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Não obstante, a fragilização dos vínculos do jovem está patente nos próprios instrumentos normativos do Estado. Ainda que o capítulo IV, Seção VII, artigo 124, inciso VII deixe claro que o menor infrator, durante a internação, tenha direito de receber visitas, ao menos semanalmente, e que possa corresponder-se com seus familiares e amigos, como determina o inciso VIII, o rompimento do laço com a mãe, embora não seja, a princípio, quebrado, fica pouco contemplado e, tendencialmente, é fragilizado com a pequena participação dos pais no dia a dia do menor internado na Fundação CASA.

Na próxima seção, demonstrarei como a psicanálise tende a dar uma explicação plausível em relação aos sujeitos acometidos por essa vulnerabilidade social, o que será explicado de acordo com teorias que contemplem alguns conceitos específicos, como é o caso da privação, muito fundamentado por Donald Wood Winnicott em sua obra *“Privação e Delinquência”*. Neste livro, o autor faz boas referências e verificações quanto ao comportamento antissocial, o qual pode ser observado desde a infância e motivado por questões emocionais não bem elaboradas pelo indivíduo.

Nesta situação, vale ressaltar que a delinquência é um dos muitos problemas que irá atingi-los, numa forma de tentativas desesperadas de reivindicações de afeto, o que veremos no desenrolar desta pesquisa e notadamente na próxima seção, que tratará do perfil afetivo e emocional do delinquente na visão de Donald Wood Winnicott. Logo após, darei entrada nos argumentos filosóficos que percorrem essas medidas, tentando relacioná-los com os conceitos de poder e subjetivação em Michel Foucault.

2.3 As condutas antissociais segundo a psicanálise

Falar sobre a Fundação CASA e as medidas impostas aos menores infratores requer, antes de tudo, uma breve observação quanto aos fundamentos teóricos que possam dar

explicações que caracterizem, de fato, o papel do indivíduo acometido por desvios sociais de conduta, e que, por vezes, acabam ingressando em instituições de recuperação.

O conceito de delinquência está diretamente ligado ao indivíduo submetido a comportamentos emocionais caracterizados por desvios de condutas sociais e, essencialmente, constituído por crimes em pequena escala. (WINNICOTT, 2000)

Além dos aspectos éticos e morais, e até mesmo de justificativas socioeconômicas devido a uma crise contemporânea, é conveniente que se tenha em mente que para a psicanálise, sobretudo a *winnicottiana*, toda forma de desvio de conduta está amparada em justificativas que atentam para uma infância, de certa forma, prejudicada do ponto de vista dos afetos e das emoções.

Na maioria das vezes, os sujeitos que por algum motivo tiveram fragilizados seus vínculos afetivos durante a infância, irão manifestar certas ocorrências de desvios comportamentais e de conduta atribuídas a um desejo incessante de reconciliação com figuras contidas no centro familiar ou mesmo de sujeitos próximos, o que poderá ser observado adiante.

E, para tanto, recorro à figura do psicanalista Donald Wood Winnicott, o qual desenvolveu pesquisas relevantes que deram singelas contribuições à ciência, na tentativa de explicar o porquê de adolescentes que se mostravam com aparentes normatizações de conduta se reclinavam para alguns desvios comportamentais. Foi neste aspecto que Winnicott analisou crianças em momentos traumáticos, sobretudo no pós-guerra, fundamentando algumas teorias em seu livro *Privação e Delinquência*.

Winnicott nasceu na Inglaterra, formou-se em medicina e manteve seus estudos direcionados à pediatria e à psicanálise, retomando algumas vertentes dos ideais freudianos por um lado, e introduzindo novos conceitos, por outro. Teve alguns seguidores, em especial a psicanalista Melanie Klein. (DIAS, 2002)

O conceito que trago nesta pesquisa, que considero como fundamental para um entendimento sobre o assunto, que é a análise das medidas socioeducativas aplicadas pela Fundação CASA, está fundamentado na teoria da privação. Para Winnicott (2000), a privação estaria condicionada a uma falta de uma figura muito importante representada na criança, em especial à figura materna. É, durante esta carência, que as crianças podem vir a desenvolver problemas futuros relacionados à conduta social, ao que Winnicott chamou de condutas antissociais.

Ainda para Winnicott (2000, pág. 409), a tendência antissocial estaria caracterizada por um elemento que compele o ambiente a tornar-se importante. Os impulsos inconscientes obrigariam o indivíduo a encontrar alguém que se encarregue de cuidar dele. Veja que aqui se encontra um dos fundamentos de sua teoria, uma vez que está bem caracterizado a importância de se ter ao lado deste indivíduo alguém que suporte seus traumas, seus anseios e suas fobias.

Nesse contexto, o autor aponta como fundamental ao desenvolvimento emocional e

especialmente a crianças e jovens que apresentem condutas antissociais ou delinquentiais um bom vínculo afetivo, especialmente com as figuras materna e paterna, ou a alguém que a ele atribua os mesmos referenciais.

Esta tendência seria uma tentativa de estabelecer uma reivindicação de amor e cuidados dirigidos à mãe, ao pai ou a outras pessoas próximas, mas que não é assumida, enquanto tal, pela criança ou pelo jovem e acaba por se expressar de forma transfigurada. (WINNICOTT, 2012, p. 295)

O autor revela também que, os indivíduos com este tipo de tendência estão, na verdade, norteados por uma constante espera de algo que ainda não se concretizou, ao qual ele atribui explicitamente a palavra esperança. Diante de tal afirmativa, Winnicott (2000, p. 409) revela:

“A tendência antissocial implica em esperança. A falta de esperança é a característica central da criança *de-privada* que, obviamente, não é antissocial o tempo todo. Nos momentos de esperança, a criança manifesta a tendência antissocial. Isto pode ser desconfortável para a sociedade.”

É importante ressaltar que a tendência à prática de rotinas que vão contra às normas sociais, não é um fato típico que pode ser diagnosticado por um tipo de neurose³ ou psicose⁴, mas que, para Winnicott (2000), pode ser encontrada em qualquer tipo de situações, tanto em indivíduos normais quanto em indivíduos neuróticos. Neste caso, esclarece o autor que:

A afirmação de que uma criança saudável poderia ser inteiramente compreendida com base no estudo das neuroses e de suas origens seria absurda. Não tão absurda, entretanto, seria a afirmação de que estudar uma criança saudável, presumindo-se um desenvolvimento inicial saudável, um bom caminho seria através do estudo da formação de sintomas neuróticos. O motivo é que as defesas organizadas na neurose apontam o caminho para a ansiedade, que não apenas se encontra por trás do sintoma neurótico, mas também fornece a força e a qualidade das manifestações da saúde. WINNICOTT (1990, p. 55)

A peculiaridade do ato de delinquir está profundamente entrelaçada à ação de roubar. O roubo, segundo Winnicott (2000, p. 411), “localiza-se no centro da tendência antissocial, juntamente com seu correlato, o mentir. Crianças que praticam roubo têm como regra o hábito de esconder a verdade”, seja para disfarçar a realidade, seja para que esta realidade mais profunda, do ponto de vista psicanalítico, não seja exposta para a sociedade. (WINNICOTT, 2012, p. 142). Segue o autor:

A manifestação da conduta antissocial inclui roubo, mentira, incontinência e, de modo geral, uma conduta desordenada, caótica. Embora cada sintoma tenha seu significado e valor específico, o fator comum para o meu propósito de tentar descrever a tendência antissocial é o valor de incômodo dos

3 Neurose – Cada um de vários tipos de distúrbio emocional cuja característica principal é a ansiedade, e em que não se observam nem grandes distorções da realidade externa, nem desorganização da personalidade.

4 Psicose – Psicopatia que se manifesta por acessos, que se alternam, de excitação psíquica e de depressão psíquica.

sintomas. Esse valor de incômodo é explorado pela criança e não é um caso fortuito. Boa parte da motivação é inconsciente, mas não necessariamente toda ela.

Ainda segundo o autor, os primeiros sinais de *de-privação*⁵ são tão comuns que passam por diversas vezes por uma vaga sensação de normalidade, tendo como exemplo típico, a tirania comportamental assumida por algumas crianças, enfrentada pelos pais, misturados num processo de reação e submissão.

Para o autor, um sintoma antissocial muito comum é a *avidez*⁶ estreitamente relacionada à inibição de apetite. Ao estudar a avidez, de fato, será encontrado o complexo de privação (WINNICOTT, 2012, p. 143). “A avidez é parte da compulsão do bebê para buscar uma cura por parte da mãe que causou a privação. Essa avidez é antissocial: é a precursora do furto e pode ser atendida e curada pela adaptação terapêutica da mãe”, tão facilmente confundida com excesso de mimo.

Em qualquer enunciado sobre o desenvolvimento infantil, certos princípios são considerados pontos específicos. “Os processos de maturação são responsáveis pela formação da base do desenvolvimento da criança”, tanto em psicologia quanto em anatomia e fisiologia. (WINNICOTT, 2012, p. 112)

Dos muitos estágios que foram descritos por Freud e pelos psicanalistas que os seguiram, deve ser destacado um que envolve o uso da palavra fusão. Para Winnicott (2012, p. 113), “trata-se da realização do desenvolvimento emocional em que o indivíduo experimenta pulsões eróticas e agressivas em relação ao mesmo objeto, ao mesmo tempo”. No aspecto erótico, acaba havendo uma busca por satisfação e por uma busca do objeto. Porém, em relação ao aspecto agressivo, há na maioria das vezes um complexo de raiva, empregando erotismo muscular e ódio.

Em certa medida, explica ainda o autor, é tarefa de pais e professores, leia-se neste caso, educadores e todos aqueles que colaboram para uma ressocialização do indivíduo, cuidar para que crianças e jovens nunca se vejam diante de uma autoridade tão fraca a ponto de ficarem livres de qualquer controle ou, por medo, assumirem elas próprias a autoridade.

Finalmente, toda a agressão que não é negada, e pela qual pode ser aceita a responsabilidade pessoal, será aproveitável para dar força ao trabalho de reparação e restituição. “Por trás de todo jogo, trabalho e arte está o remorso inconsciente causado pelo dano na fantasia inconsciente, e um desejo também inconsciente de começar a corrigir as coisas”. (WINNICOTT, 2012, p. 101)

Sendo assim, a relação existente na personalidade desviada para uma conduta antissocial deverá ser satisfeita no momento em que este indivíduo estiver cumprindo suas terapêuticas junto às instituições que o os acolhem. Neste sentido, o papel do Estado nas

5 De-privação é para Winnicott a falta da figura materna, com um diferencial da privação, pois, neste último caso, a criança já experiencia essa ausência desde o seu nascimento.

6 A avidez é caracterizada por uma ansiedade ou por um desejo ardente e imoderado.

normatizações de regras e medidas que satisfaçam essa rotina de trabalho, puramente emocional, poder ser relevante para uma absorção e reingresso do indivíduo à sociedade.

É, portanto, essencial que as normas aplicadas pela Fundação CASA estejam atentas ao bom (re)convívio do adolescente ao seio social e familiar. Porém, se para Winnicott a figura materna ou outra figura que desempenhe o papel de assegurar fortalecimento para este indivíduo não esteja presente no cotidiano de suas rotinas, provavelmente este mesmo indivíduo também não terá um bom aproveitamento dessas medidas impostas durante sua internação.

Na próxima seção será realizada uma pesquisa teórica acerca do funcionamento infraestrutural de instituições regidas pelo Estado que têm como fundamento a constante disciplina e os rigores da vigilância, caracterizada por conterem exacerbadas rotinas que implicam imposições de comportamentos empoderados, no intuito de manipular indivíduos e corpos, os quais deverão estar à mercê das vontades dos seus dominantes, o que influenciará as relações de um com o outro e até mesmo entre as imposições dessas medidas com os indivíduos entre si, formando identidades que irão surgir a partir de certos modelos de subjetivação segundo as teorias de Foucault.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa teve natureza bibliográfica e adotou como material de investigação o Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente em relação ao seu capítulo IV, que trata dos sujeitos submetidos às normas socioeducativas, bem como o livro de Winnicott, *Privação e delinquência*, com base em cuja perspectiva as medidas socioeducativas previstas em nosso ordenamento jurídico são analisadas e problematizadas.

4 | DEBATES E DISCUSSÕES

A partir das leituras, depreende-se que, apesar das normas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente estarem inseridas num contexto de readaptação do adolescente, conforme dispõe o Capítulo IV, Seção VII, entre os artigos 121 e 125, que trata da Internação, não está garantido aquilo que Winnicott aponta como fundamental ao desenvolvimento emocional e especialmente a crianças e jovens que apresentem condutas antissociais ou delinqüenciais: um bom vínculo afetivo, especialmente com as figuras materna e paterna. Para Winnicott (2012, p. 295), a tendência antissocial é uma tentativa de estabelecer uma reivindicação de amor e cuidados dirigidos à mãe, ao pai ou a outras pessoas próximas, mas que não é assumida, enquanto tal, pela criança ou pelo jovem e se expressa de forma tranfigurada por meio de condutas antissociais. As normas estabelecidas pela Fundação CASA são fundamentadas em critérios que objetivam garantir o respeito e a dignidade ao jovem infrator, como especificado na Seção VII em seu artigo 121, onde diz que “A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita

aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. Não obstante, a fragilização dos vínculos do jovem está patente nos próprios instrumentos normativos do Estado. Ainda que o capítulo IV, Seção VII, artigo 124, inciso VII deixe claro que o menor infrator, durante a internação, tenha direito de receber visitas, ao menos semanalmente e que possa corresponder-se com seus familiares e amigos, como determina o inciso VIII, o rompimento do laço com a mãe, embora não seja, a princípio, quebrado, fica pouco contemplado e, tendencialmente, é fragilizado com a pequena participação dos pais no dia a dia do menor internado na Fundação CASA.

5 | CONCLUSÃO

Conclui-se, preliminarmente, que, em relação à análise feita pelas leituras dos documentos normativos sobre a internação de adolescentes na Fundação CASA, as normas socioeducativas são ineficazes no processo de ressocialização do indivíduo, pois deixam falhas durante a reprimenda, apesar de estarem pautadas nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. As condutas antissociais estão ligadas a fatores de privação e a perda da figura materna durante a internação na Fundação CASA tende a provocar danos ao adolescente em seu equilíbrio e desenvolvimento emocional, bem como não cumpre os objetivos a que se propõe, nomeadamente, a ressocialização, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Capítulo IV, Seção VII**, 1990.

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/orgaos-e-entidades/fundacoes/fundacao-casa/>, disponível em 18/10/2018

Winnicott, D. W. **Privação e delinquência**. Martins Fontes, São Paulo. 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 75, 76

Antropometria 77, 78

C

Camponeses 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 76

Canções 53, 104, 105, 106, 108

Ciclo de vida 134, 135, 136, 142, 143, 144

Condições de trabalho 186

Cooperativismo 67, 68, 69, 71, 74

Cuidados 20, 98, 100, 102, 154, 200, 202

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 22, 24, 27, 29, 44, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 101, 103, 115, 118, 133, 135, 142, 143, 150, 151, 165, 167, 168, 175, 181, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 207, 213, 217, 218, 219, 220

Desenvolvimento regional 1, 2, 4, 6, 7, 8, 11, 12

Desigualdade social 1, 147

Doenças cardiovasculares 77, 78, 79, 81, 83, 85

E

Educação integral 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31

Emprego precário 186

Encenação 104, 110, 112

Engajamento 104, 105, 107, 110, 111, 113, 114

Enunciação 115, 116, 118, 122, 123, 131, 132

Envelhecimento humano 32, 39

Equilíbrio 5, 37, 45, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 203, 213, 220

Escola básica 13, 14, 21, 28

Exercício físico 77, 78, 79, 85

Experiências 13, 14, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 40, 44, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 90, 100, 101, 103

F

Federalismo 1, 10, 11, 12

Fragmentação 7, 9, 10, 52, 65, 146, 147, 148, 153, 163, 164, 217

G

Geografia do envelhecimento 32, 34, 39

Grupo de Teatro Opinião 104, 109

J

Jovens 15, 33, 38, 89, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 127, 200, 201, 202

M

Marília 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165

Mercado imobiliário 146, 149, 151, 152, 164

Mercado Municipal 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145

Migração 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 128, 217, 218, 219

P

Planejamento regional 1, 4, 11, 12

Planejamento turístico 134

PMCMV 146, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 163

Políticas públicas 1, 9, 10, 11, 50, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 75, 76, 84, 147, 148, 149, 150, 153

Prevenção 20, 77, 78, 82, 84, 98, 99, 100, 103

Protagonismo 98, 103

R

Reforma trabalhista 186, 187, 189, 190, 192, 193

Representação social da velhice 32, 34

S

Saberes 29, 35, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 101

Segregação 146, 147, 150, 155, 156, 163, 165

Semiótica do discurso 115, 116, 118, 121, 132

T

Taxas 117, 166, 169, 170, 173, 175, 176, 178, 179, 181, 184

Tempos-espacos educativos 13

Tesouro direto 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181

Títulos públicos 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 179, 180, 181, 183, 185

Trabalho intermitente 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Tributos 166, 170, 172, 173, 177, 184

V

Vulnerabilidade 33, 98, 128, 198

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Contribuições das

CIÊNCIAS HUMANAS

para a sociedade

- 
-  www.atenaeditora.com.br
 -  contato@atenaeditora.com.br
 -  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 -  www.facebook.com/atenaeditora.com.br